

16^a Conferência Nacional do Ensino Superior

CNES



**COM A FORÇA DOS ESTUDANTES,
UM ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E DEMOCRÁTICO**



+ INFO
www.jcp.pt // geral@jcp.pt

1.1- Caracterização actual e problemas do Ensino Superior, (consequências da política de direita) - 3

1.1.1- Financiamento e propinas; -

5 1.1.2- A Ação Social Escolar; - 7

1.1.3- Processo de Bolonha; - 9

1.1.4- Carácter Público do Ensino Superior, RJIES e ataques à vida democrática; - 11

1.1.5- Elitização do Ensino Superior e o projecto contra revolucionária da direita; - 12

1.2- Ensino Politécnico - Dualidade no Ensino Superior; - 14

1.3- Ensino Superior Privado; - 15

2. Luta e Movimento Associativo

2.1- O Movimento estudantil na actualidade; -

17 2.2- As lutas travadas pelos estudantes; - 19

2.3- Trabalho em unidade nos espaços de massas; - 20

3. Organização

3.1- O papel agitador do comunista; -

22 3.2- Os colectivos escola; - 23

3.3- Recrutamento, enquadramento e responsabilização; -

25 3.4- Imprensa Partidária; - 26

3.5- Recolha financeira nos seus mais diferentes aspectos; - 27

3.6- DCES e o seu secretariado; - 28

3.7- Organismos intermédios; - 28

4. Propostas - Em defesa dos nossos direitos, lutar contra a ofensiva, lutar pelo Ensino de Abril; - 29

4.1.Situação Política

1. Situação política nacional e caracterização do Ensino Superior

A Educação, em qualquer um dos seus graus, é um direito fundamental de todos os jovens. A Educação, em geral, e o Ensino Superior, em particular, é um importante modo de emancipação pessoal e colectiva. Para além da realização académica, educativa e cultural, é também um investimento tecnológico, científico e cultural do país, bem como um modo de desenvolvimento social e das suas forças produtivas. O progresso e desenvolvimento do país estão intrinsecamente ligados à valorização dos graus de ensino, onde o ensino superior desempenha um papel fundamental.

O actual estado do ES em Portugal caracteriza-se por um profundo e prolongado subfinanciamento, fruto dos últimos 41 anos de políticas de direita praticadas por sucessivos governos PS, PSD e CDS. O anterior governo, por exemplo, reduziu o orçamento das instituições de Ensino Superior em 95 milhões de euros, constituindo um corte de 8.5%. Embora o investimento não se tenha acentuado, também não se verificou uma melhoria objectiva, levando a que estas instituições hoje sofram grandes carências. Estas políticas atacam a escola que defendemos e temos direito, a escola da Constituição de Abril.

Desde a última Conferência Nacional do Ensino Superior CNES (2014) muita foi a luta travada pelos trabalhadores e o povo português, em que os estudantes tomaram parte. Por força desta luta e da sua tradução no voto nas eleições legislativas de 2015, alterou-se a correlação de forças na Assembleia da República, dando origem a um Governo minoritário do PS. Assim, foi possível, pela acção do Grupo Parlamentar do PCP, dar voz às lutas travadas e garantir avanços e reposições de direitos que, ainda que limitados, constituem a prova de que é possível uma política alternativa à praticada pela troika portuguesa e estrangeira e que o PCP não desperdiçará nenhuma oportunidade para melhorar a vida dos portugueses.

Sucessivos cortes, progressiva mercantilização e falta de democracia têm contribuído para uma destruição progressiva do ES, com objectivo da sua privatização. O que se insere na ofensiva geral contra as funções sociais do estado que o capital está a perpetrar.

Através dos cortes no orçamento das Instituições de Ensino Superior (IES), consequente aumento de propinas e outros custos, redução da Acção Social Escolar (ASE) directa (bolsas) e indirecta (outros serviços, como cantinas) condicionou-se o acesso dos filhos dos trabalhadores a este grau, elitizando-o e pondo em causa o seu carácter e papel.

É cada vez mais evidente que em todas as vertentes da ASE existem graves carências. Nas cantinas e residências universitárias, as condições são cada vez piores e o custo da refeição social aumentou. No que toca às bolsas, para além dos sucessivos atrasos na sua atribuição e pagamento e de um processo burocrático e inquisitório, verifica-se que são atribuídas em número reduzido e com valores que não cobrem todos os custos que os estudantes e as suas famílias têm de suportar.

Desde a última CNES é evidente que os problemas gerais do ES em Portugal se mantêm, tendo-se agravado alguns problemas com a falta de resolução e surgiram outros novos problemas, fruto da degradação de cada umas das infra-estruturas e condições materiais e humanas.

O Processo de Bolonha, implementado em Portugal em 2004, mostra de forma clara as suas consequências: compactação de conteúdos, perda de qualidade das licenciaturas, triagem económica na progressão entre ciclos; deturpação da avaliação contínua. A qualidade dos cursos ministrados em cada IES fica ainda posta em causa com a falta de professores e funcionários; escolas a precisar de obras e alterações urgentes, com estruturas velhas e sobrelotadas; sucessivas faltas de materiais e materiais velhos e obsoletos; processos de avaliação injustos.

O processo de desresponsabilização do Estado face a esta importante função social continua, com a transferência dos custos para os estudantes e as suas famílias que continuam a suportar uma grande fatia das despesas relacionadas com o ES. O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) ao abrir a possibilidade de passagem a fundação insere-se nessa linha de desresponsabilização e mercantilização.

No que se refere às propinas, que para se implementarem tinham alegadamente como objectivo único melhorar as condições do ensino e que inicialmente apresentavam valores de cerca de 6,5€, surgem hoje com valores elevadíssimos, sendo as famílias dos estudantes quem suporta uma grande parte das despesas envolvidas. Assinala-se como positivo o congelamento das propinas (2016 e 2017), a primeira vez que o seu aumento é travado. Valoriza-se este avanço num quadro

em que, apesar de manifestamente insuficiente, se insere na luta continuada dos estudantes pelo fim das propinas e teve a acção determinante do PCP na Assembleia da República.

Um dos maiores problemas no ensino superior é a degradação e falta de infra-estruturas materiais. Escolas a precisar de obras e alterações urgentes, com estruturas velhas e sobrelotadas, sucessivas faltas de materiais e materiais velhos e obsoletos, tudo isto confirma a falta de condições e de investimento do estado no Ensino Superior em Portugal.

Destacamos que para além da falta de participação dos estudantes nos órgãos das IES devido ao RJIES em vigor, são cada vez mais frequentes ataques às liberdades e direitos democráticos: tentativas de proibição de afixação de cartazes, distribuições ou pintura de murais.

Analisando o actual quadro e conjuntura é evidente que o presente do ensino superior em Portugal não é o que defendemos. Está cada vez mais presente a predominância dos interesses do capital que ameaça a escola de Pública, Gratuita e de Qualidade que defendemos.

As lutas travadas pelos estudantes, sobre repressão, têm um papel determinante na conquista de grandes vitórias. É necessário continuarmos todos os dias a luta pelo Ensino Superior Público Gratuito e de Qualidade.

1. Financiamento e Propinas

A Constituição da República Portuguesa dita que cabe ao Estado promover a democratização da educação, garantindo igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, e ainda, que é dever do Estado que se estabeleça a gratuitidade progressiva do Ensino, inclusive, do Ensino Superior. Este dever constitucional seria assegurado através do Orçamento do Estado (OE) canalizando todo o financiamento necessário às Instituições de Ensino Superior (IES) para que fizessem face às despesas decorrentes da sua actividade regular. No entanto, o resultado das políticas de direita de sucessivos Governos obriga a que os custos do Ensino Superior (ES) sejam, hoje, suportados pelos estudantes e suas famílias, realidade que fez disparar os casos de abandono escolar e de impossibilidade de candidatura ao ES por falta de condições económicas para suportar os cada vez mais elevados custos com a educação. Esta política de desinvestimento e desresponsabilização do Estado corresponde ao projecto ideológico e social da burguesia, de elitização do ensino, fazendo corresponder novamente as elites económicas às elites do

conhecimento, afastando os filhos dos trabalhadores dos mais elevados graus de ensino. Os sucessivos cortes nos financiamentos obrigam as IES a procurar gerar receitas próprias, à custa dos estudantes, através da criação e de sucessivos aumentos de taxas e emolumentos estabelecidos por cada faculdade, de propinas e de cada vez mais danosas cedências aos interesses dos grandes grupos económicos que são presença assídua na vida actual das nossas faculdades e universidades. O subfinanciamento crónico do Ensino Superior degrada as condições materiais e humanas das IES, prejudicando o seu funcionamento próprio e qualidade do ensino. Turmas sobrelotadas, supressão de Unidades Curriculares e de aulas práticas, falta de professores e outros profissionais técnicos, encerramento e privatização de serviços, cedência de património a empresas privadas e outras estratégias lesivas dos interesses dos estudantes são adoptadas como fontes de financiamento alternativas à falta de financiamento estatal.

Em 10 anos as IES viram cortados o seu financiamento estatal cortado em cerca de 50% do seu valor, acentuando e revelando a desresponsabilização deliberada do Estado face ao seu dever.

Uma das ferramentas principais de elitização do Ensino Superior é a Propina. Introduzida em 1991 com um valor equivalente a 6,5€ destinados, dizia-se, a melhorias materiais e humanas da rede de Ensino Superior, quando na verdade representou e representa a desresponsabilização do Estado na garantia do financiamento das IES. Criadas com o governo PSD de Cavaco Silva, as propinas viram o seu valor máximo sofrer o seu maior aumento, cerca de 500€, com o governo também PSD de Durão Barroso, tendo ultrapassado os 1000€ com o governo anterior ao actual. Assim, hoje o valor da propina máxima encontra-se nos 1064€ para licenciaturas, não existindo valor limite para mestrados e doutoramentos. Actualmente, na generalidade das IES, a propina representa cerca de 60% do seu financiamento, sendo utilizada não para melhorias das condições materiais e humanas, mas para pagamento de despesas correntes. Combinada com os restantes custos do Ensino, a propina representa hoje a maior barreira de acesso e frequência do ES, já que, sendo das mais elevadas da Europa, o seu valor atinge quase o dobro do Salário Mínimo Nacional. Para além disso e para os estudantes que já frequentam o ES, as propinas não deixam de ser um entrave, havendo prazos rígidos para efectuar os pagamentos e penalizações graves, como impedir a realização dos exames, quando existem atrasos.

A nova fase da vida política nacional aberta pela luta e vontade do povo português, manifestado nas eleições de 4 de Outubro de 2015, permitiu, em 2016 com um grande contributo das propostas do PCP, o congelamento do valor da propina máxima, representando um pequeníssimo avanço alcançado pela luta dos estudantes. No entanto, não impediu o aumento da propina em muitas IES que ainda não cobravam o seu valor

máximo. O governo do PS, fruto das suas próprias contradições, recusa tomar medidas para a gradual redução da propina até à sua extinção definitiva, como quando chumbou, juntamente com PSD e CDS-PP a 10 de Março, a proposta do PCP para o fim das propinas para a licenciatura, mestrado e doutoramento em 2020.

2. Acção Social Escolar

A Acção Social Escolar designa o mecanismo de reforço social que visa abonar o estudante no ensino nacional, auxiliando a sua integração neste sistema, atenuando de antemão os factores à priori pejorativos que poderão lesar directa ou indirectamente o estudante nacional. Os apoios directos da ASE referem-se à atribuição de bolsas de estudo, já os apoios indirectos são relativos ao alojamento, aos transportes, ao apoio a estudantes deslocados, ao apoio médico, aos serviços de alimentação, à cultura e ao desporto. É, assim, fundamental frisar que uma Acção Social Escolar funciona como alicerce do quadro académico frequentado pelo estudante e, posteriormente, das suas necessidades ao pormenor essencial logístico. No entanto nos últimos anos tem-se verificado a falta de apoio a essas mesmas necessidades dos estudantes, devido a sucessivos cortes na ASE.

A ASE procura comprometer a precariedade, que há já muito se tem vindo a verificar ao nível do sistema nacional de ensino, contrabalançando as fracas políticas de inserção nos estabelecimentos de ensino público com epicentro nas ineficazes medidas dos sucessivos governos de direita.

Tendo isto em conta, e somando o peso que a estatística anual nos tem indicado no que interessa à actual situação financeira dos agregados familiares e dos estudantes candidatos às bolsas nacionais, o paradigma com que nos deparamos está isento de surpresas elucidando as consequências de políticas anteriores: burocracias que saturam os processos de candidatura às bolsas, sucessivos atrasos na sua atribuição, havendo estudantes que recebem a primeira quantia no segundo semestre do curso e os baixos valores das bolsas, que praticamente apenas cobrem o valor da propina, não tendo em conta todos os outros gastos que um estudante apresenta no Ensino Superior. Contudo, é de indicar que o número de bolsas atribuídas entre os anos 2016-2017 aumentou face ao ano anterior, tendo havido um total de setenta e duas mil bolsas atribuídas, no entanto, representa um aumento de apenas 4%, sendo que a luta dos estudantes exige mais. Para além disso, em Dezembro de 2016 havia mais bolsas em atraso relativamente ao mesmo período do ano anterior. É de referir um exemplo gritante relativo ao atraso da atribuição de bolsas no Instituto Politécnico do Porto, onde estudantes que receberam a bolsa respectiva ao mês de Maio atrasada tiveram, por não conseguirem pagar o alojamento, que se retiraram das residências em que habitavam.

Também nas residências universitárias é evidente o desinvestimento na ASE: as suas estruturas degradadas, a ausência de instrumentos de cozinha nas cozinhas comuns, precariedade nas alas que se destinam à alimentação, desporto e dormida, número insuficiente de vagas para alojamento, serviços de internet condicionados que dificultam o trabalho do respectivo estudante, entre outros. Para além disso, não podendo os estudantes ocupar as residências, poucas opções faltam, tendo em conta os preços exorbitantes de alugueres de quartos: alugar um quarto em Lisboa em média situa-se nos 364€/mês e no Porto esta média é de 272€/mês.

Nas residências de Braga, os estudantes da Universidade do Minho deparam-se com um acesso limitado aos sistemas electrónicos, com mais de metade dos computadores fixos a requererem manutenção urgente e com um acesso à internet deficitário, pois têm que utilizar a internet do campus universitário, que se encontra distante da residência. Para agravar a situação, os residentes não têm acesso aos registos dos gastos extraordinários de electricidade, havendo casos singulares em que os estudantes são convidados à execução de pagamentos sem justificação aparente. Abrangendo Lisboa, Porto e Coimbra, as residências ainda não possuem instrumentos de cozinha essenciais, como fogões. Lavar a roupa tem um custo e os equipamentos ficam rápida e permanentemente ocupados devido ao afluxo de utilizadores, ocorrendo avarias pontuais sem vista a uma manutenção devida. As comissões de residentes sobrevivem de quantias oferecidas e angariadas em eventos por elas organizados, sem apoios da ASE ou de qualquer outra entidade.

Estando algumas das residências em meio externo, relativo ao campus universitário, na maioria das situações, o acesso por transportes públicos residência-campus torna-se numa necessidade para o estudante deslocado e que também acarreta as suas despesas. A título de exemplo, em Lisboa os transportes atingem os 27€/mês e no Porto 22€/mês para o passe mensal. Efectivamente que isto levanta constrangimentos: o perecimento dos passes escolares por decisão do governo, há cinco anos, estimulou a surgimento de políticas não necessariamente atenuadoras entre os serviços internos às universidades e os serviços de transporte das respectivas cidades. Consequentemente restou à família portuguesa o suporte inorgânico de mais uma despesa.

O problema das cantinas constitui um problema sério. Apesar da luta que os estudantes exercem, o preço da refeição social continua muito acima do valor socialmente aceite, situando-se hoje nos dois euros e sessenta e cinco cêntimos, sendo que o último aumento foi de quinze cêntimos. Já o prato social esboça o cúmulo da injustiça que o sistema cimenta sobre os estudantes: um prato principal e um copo com água; constituem a única refeição a que um estudante universitário, com os seus ritmos de vida e de estudo esgotantes, tem direito. Sobre esta circunstância testemunhamos, das associações académicas de estudantes, uma inércia igualmente preocupante.

3. Processo de Bolonha

Criado em 1999 com a declaração de Bolonha e instaurado em Portugal em 2006 nasce com o objectivo da criação de um Sistema Europeu de Ensino Superior sob o pretexto do aumento da mobilidade dos estudantes entre instituições de ensino de diferentes países, em programas como o Erasmus, e entre instituições do próprio país.

No entanto continuam a ser apenas os estudantes com melhores condições económicas a poder estudar fora do seu país, assim como continuam a existir dificuldades na obtenção de equivalências, tanto entre países diferentes como no próprio país, continuam a existir. Assim afirmamos que Bolonha e este Sistema Europeu são apenas um ranking de escolas a nível europeu que permite dividir as instituições em escolas de primeira e em escolas de segunda, com o objectivo de aprofundar a divisão internacional do trabalho, colocando países em dependência científica e tecnológica de outros, como acontece com grandes potências da EU que poupam recursos em formação de mão-de-obra que vão buscar aos países periféricos (como Portugal).

Como se este factor não fosse suficiente, o processo de Bolonha obrigou à reorganização do ensino, dividindo-o em 3 ciclos: primeiro, segundo e terceiro ciclos. Hoje o equivalente ao Bacharelato antes de Bolonha é o primeiro ciclo e o equivalente à licenciatura o que antes de Bolonha corresponderia ao primeiro e segundo ciclos. Isto levou ao aumento da carga horária e à compactação de percursos académicos, nos quais se suprimiu vários cursos e cadeiras, assim como conteúdos programáticos que são também cuidadosamente seleccionados para levarem os estudantes a pensar segundo os interesses do grande capital. Hoje, o segundo ciclo de Bolonha (actual Mestrado), que corresponde à antiga licenciatura, é essencial para o exercício da profissão tanto a nível de formação como de conhecimento, servindo as necessidades das empresas e os seus interesses, nomeadamente no número de vagas disponíveis. Este factor faz com que as propinas aumentem de ciclo para ciclo, sendo que não existe um valor de propina máximo para os dois últimos ciclos, ultrapassando normalmente o valor de 1500€.

Bolonha aliado ao subfinanciamento do Ensino Superior aumentou ainda mais os problemas pedagógicos de modo a cumprir o seu propósito. Em muitas escolas a avaliação contínua foi quase extinta, na maioria das unidades curriculares a aprovação está sujeita a apenas um momento de aferição de conhecimentos. Reduziram-se épocas de exames épocas de recurso e especiais, unidades curriculares viram os seus conteúdos reduzidos

ou foram inclusive suprimidas e dá-se primazia ao estudo autónomo e a individualismo para “preparar” os estudantes para um mundo do trabalho competitivo.

Deste modo, avaliando todo o Processo de Bolonha, é possível dizer que este é um instrumento do grande capital para sujeitar o Ensino Superior aos seus interesses, de elitização, privatização e mercantilização. Promove o falso conceito de "empregabilidade", que subentende que cabe ao indivíduo a responsabilidade de encontrar emprego, substituindo o Estado na responsabilidade de criar as condições para garantir o direito ao trabalho e traçar as prioridades nacionais que garantam o seu desenvolvimento e soberania. Exemplo disto é a extinção ou a criação de determinados cursos conforme os interesses do capital, através da legislação que corta o financiamento aos cursos que tenham menos de 20 estudantes. Neste processo é também destruída a formação integral do indivíduo, impõe-se a aprendizagem segundo a lógica de aquisição de competências, em vez de desenvolvimento de ferramentas que permitam a análise crítica dos objectos de estudo e uma percepção do conhecimento de várias dimensões do conhecimento e da participação na sociedade.

O Processo de Bolonha é um instrumento do capital, opondo-se ao Ensino Público, Gratuito e de Qualidade para todos, consagrado na Constituição. É essencial a dinamização da luta em torno da saída deste processo de Bolonha, reconfigurando autonomamente dentro do espaço internacional o Sistema de Ensino Superior Português, tendo em conta a realidade concreta e específica do nosso país e a defesa da nossa soberania no campo da educação.

4. Carácter Público do Ensino Superior, RJIES e ataques à vida democrática

As últimas quatro décadas têm-se caracterizado pelas políticas de direita dos sucessivos governos, que têm procurado desresponsabilizar-se do financiamento e desenvolvimento de um Ensino Superior público, universal, gratuito e de qualidade necessário para o desenvolvimento do país. Este progressivo desinvestimento tem vindo a moldar o Ensino Superior de acordo com critérios elitistas mas que correspondam também às necessidades das grandes empresas capitalistas.

A desresponsabilização crescente do Estado no financiamento e apoio ao Ensino Superior tem contribuído para o aumento das dificuldades nas Instituições de Ensino Superior, fazendo com que estas tenham que procurar alternativas para colmatar necessidades materiais inerentes ao asfixiamento orçamental que lhes é imposta. Num patamar onde as propinas, as taxas e emolumentos, entre outras maneiras de procurar autofinanciamento, já são insuficiente, o actual Regime Jurídico de Instituições de Ensino Superior (RJIES) abre espaço para que as IES procurem outros tipo de financiamento para além deste.

Alterado em 2007, o actual RJIES passou a permitir que 50% do financiamento das Instituições de Ensino Superior fosse obtido através de autofinanciamento criando o estatuto de Instituições Públicas de Direito Privado. Deste modo permite-se que as IES procurem financiamento em empresas privadas e que estas participem nos seus órgãos de gestão.

Esta penetração de empresas e grupos financeiros no Ensino Superior tem levado à criação de novos regimes de organização e gestão das Instituições de Ensino Superior, que servem de preparação à mercantilização total e à privatização das Instituições. Esses projectos têm surgido sob diversas formas, seja na forma de fundações de direito privado ou de fusões, algo também possibilitado pelo actual RJIES.

A passagem de Instituições a Fundações Públicas de Direito Privado demonstra claramente a mercantilização e elitização do ensino para além de atacar a democracia deste. As instituições que adoptam os estatutos de fundação passam na prática a funcionar como empresas. Verifica-se assim a presença de grupos económicos e financeiros na sua administração, como é o caso dos Conselhos Gerais ou o Conselho de Curadores que contêm, em proporção desigual, os representantes dos estudantes, comparativamente às entidades externas que representam os interesses do capital e que podem nestes órgãos gerir e avaliar o estado da própria fundação. O argumento de que iria haver um maior financiamento acaba por cair por terra quando se verificam aumentos nas propinas de mestrados, como no caso do ISCTE.

De facto, o RJIES de 2007 constituiu um dos maiores ataques à vida democrática das faculdades. Os estudantes foram afastados dos órgãos de gestão das Universidades ou a sua representatividade foi diminuída, acabando-se, por exemplo, com a paridade entre alunos e professores, ao mesmo tempo que se permitiu a participação de entidades externas, o que, na prática, se traduz na intromissão dos interesses privados na definição do rumo que as instituições do Ensino Superior devem seguir.

Estes ataques ao Ensino Superior público têm-se verificado nas Universidades que adoptaram o estatuto de Fundação, como as Universidades do Porto, Aveiro, Minho e ISCTE e recentemente a Universidade Nova de Lisboa, que adoptou o estatuto de fundação, sendo que o processo encontra-se em fase de implementação, ou caso da Universidade de Coimbra onde o processo está em discussão.

As fusões constituem outra estratégia de reorganização que prejudica as instituições na medida em que diminui o financiamento global que anteriormente iria para as Instituições quando estavam separadas. A concentração dos serviços das instituições nos mesmos locais retira-lhes proximidade para com os estudantes. Um dos casos que melhor demonstra os problemas trazidos por estas reestruturações é o caso da fusão da nova Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica de Lisboa. Também no Instituto

Politécnico do Porto ocorreu uma reestruturação, tendo havido fusões de escolas e deslocando estudantes e serviços, todo um processo que se desenvolveu sem o consentimento, nem o conhecimento dos estudantes.

O RJIES vem, ainda, legitimar regulamentos internos antidemocráticos que violam os direitos da organização, associação e manifestação dos estudantes, assim como, liberdade de expressão procurando impedir a organização dos estudantes na luta pelos seus direitos, para além da própria actividade e afirmação da JCP nas escolas. São inúmeras as faculdades em que é necessária autorização para a afixação de cartazes, sendo frequentemente recusada sob o pretexto de ter conteúdo político, ou em que distribuições são impedidas e debates boicotados.

5. Elitização do Ensino Superior e o projecto contra-revolucionário da direita

A elitização do Ensino Superior é cada vez mais evidente e preocupante, estando claramente em marcha um plano contra-revolucionário por parte da direita. Segundo o artigo 76.º da Constituição de Abril (“Acesso à Universidade”) o acesso à Universidade, a rede do Ensino Superior deve ter em conta as necessidades do país e estimular e favorecer a entrada dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras.

Assim versava a Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976, Constituição esta resultante da luta e resistência do Povo português a 48 anos de Ditadura Fascista, e que tinha o claro objectivo de aproximar aqueles que, embora fossem o motor responsável pelo progresso, eram os mais afastados da cultura e do conhecimento. Foi também sempre este o objectivo do PCP, fazer cumprir a constituição, garantindo um Ensino Público, Gratuito e de Qualidade. Para isso contribuíram várias propostas do PCP em Assembleia da República (AR), como por exemplo, a proposta de congelamento das

propinas, mas também melhorar o ensino no geral, lutando sempre pela escolaridade obrigatória, pela gratuidade dos manuais escolares, entre outras medidas alcançadas.

Foi graças aos avanços revolucionários desencadeados pelo 25 de Abril que milhares de homens e mulheres passaram a frequentar o Ensino Superior, enchendo as Universidades com milhares de jovens oriundos das classes trabalhadoras que doutra forma nunca teriam tido possibilidade de ter acesso à cultura e ao prosseguimento de estudos de acordo com os seus interesses.

A carga ideológica desta decisão, de abrir à classe trabalhadora as portas de uma educação superior, foi desde sempre um alvo a abater pelas forças reaccionárias. Ao longo de 40 anos esta oposição verificou-se: os governos sucessivos de direita têm imposto medidas cada vez mais mercantilistas, que servem os interesses do capital, que não têm em atenção os interesses do Povo e que levam à privatização das universidades, como é o caso do RJIES e das fundações, bem como medidas que levam a que só uma elite possa ter acesso ao ensino, como é o caso da existência de propinas e do subfinanciamento da ASE, rompendo, assim, com a Constituição. Com estas medidas a classe dominante pretende manter o seu domínio ideológico e manter os seus privilégios assentes numa falsa ideia de meritocracia.

As AAEE também têm sido alvo de uma forte pressão ideológica. Em vez de defenderem os interesses dos estudantes, os partidos de direita impingem às AAEE e outros grupos formais das universidades outros interesses alheios aos estudantes, tentando igualmente minar a luta organizada dos estudantes e impedir, também por aqui, que direitos sejam reconquistados.

1. Dualidade no Ensino Superior

O Ensino Superior Público no nosso país, ao longo dos últimos anos, tem vindo a tomar duas vias diferentes, o que faz com que haja uma dualidade no Ensino Superior. Existe, cada vez mais, uma grande diferenciação entre o Ensino Superior Politécnico e o Ensino Superior Universitário. Esta diferenciação, causada pelos sucessivos governos, assenta, principalmente, num maior financiamento ao ensino universitário em relação ao politécnico, assim como os recursos, seja a nível humano ou material.

Nas Instituições de Ensino Politécnico a componente prática está bem presente e vale muito, nas Instituições de Ensino Superior Universitário acontece exactamente o contrário, ou seja, existe uma insuficiente aposta no ensino técnico o que se verifica na forte componente prática do que é leccionado. Para além disto, outra diferença consiste no facto de que na sua grande maioria o Ensino Politécnico não podem ministrar o terceiro ciclo de estudos, o que revela uma desvalorização desta via de ensino.

O Ensino Superior Politécnico tem contribuído bastante para o desenvolvimento de algumas regiões onde estão inseridos e, assim, ajudam na diminuição das assimetrias regionais. Para além de dar vida e movimento às regiões do interior, contribuem também para o alargamento do acesso ao Ensino Superior dos jovens que lá vivem e que de outra maneira, dado as propinas e insuficiência da ASE, poderiam não ter condições económico-financeiras para frequentar o Ensino.

É assim evidente que o principal objectivo dos que têm contribuído nesta dualidade é tornar o politécnico numa via profissionalizante, que procura fazer corresponder a sua formação às necessidades práticas das grandes empresas capitalistas, ignorando por completo a via emancipadora do ensino. Correndo por esta via, as empresas vêm as suas necessidades satisfeitas, ao invés do país visto que o Estado não acompanha o investimento no Ensino com um investimento no desenvolvimento das suas forças produtivas. A criação de Cursos Técnicos Superiores Profissionais nas Escolas Politécnicas, com uma duração de apenas 2 anos, levou à crescente desvalorização dos currículos e da formação, para canalizar quem não tem condições de suportar os custos de uma licenciatura. Estes cursos, compostos quase só por estágios mal remunerados ou até sem remuneração e que visam substituir trabalhadores por mão-de-obra barata, em nada contribuem para o avanço da Reconfiguração do Ensino Superior. Contribuem sim para a submissão da Educação aos interesses dos grandes grupos económicos e aumentar a exploração de modo a ampliar os lucros das empresas.

Defendemos assim um sistema único de Ensino Superior Público que potencie o património tanto do Ensino Superior Politécnico como o Universitário. Esta é uma necessidade para que a educação superior, seja onde e em que tipo de instituição for, responda ao desenvolvimento do povo e do país.

2. Ensino Superior Privado

Os sucessivos ataques ao Ensino Superior Público têm empurrado milhares de estudantes para o sistema de Ensino Privado. Para tal contribui o difícil acesso ao Ensino Superior Público, desde as propinas, os Exames Nacionais, o *numerus clausus*, até à inexistência de algumas vertentes educativas em instituições públicas, à insuficiente Acção Social Escolar e ao facto de em muitas regiões existir apenas esta oferta, que faz do privado a única solução para muitos estudantes. Na prática, quando um estudante com dificuldades económicas é colocado numa instituição que o obriga a mudar de residência, sem apoios que lhe garantam a igualdade de oportunidades, é forçado a escolher uma instituição privada que lhe permita continuar em casa dos pais. Em suma, esta opção acaba por compensar, apesar do elevadíssimo valor das propinas mensais, que não têm tecto máximo.

No Ensino Superior Privado, os estudantes vêm-se limitados a participar na vida democrática das escolas, uma vez que a sua representação nos órgãos de gestão é quase nula. Nestas instituições privadas os estudantes são considerados clientes, tendo como único objectivo o lucro, ao contrário das Instituições de Ensino Superior Público cuja missão é colocar-se ao serviço do desenvolvimento do país. Com as medidas de destruição e degradação do ES Público, já são vários os cursos que são de maior qualidade no ES Privado. Outras estratégias de atracção, estreitamente ligadas à procura do lucro por parte destas instituições, são as promoções, descontos e publicidade que se multiplicam, como se da venda de um produto se tratasse. As bolsas de mérito que são oferecidas sob várias condições, atraem estudantes que muitas vezes não estão mais do que a entrar numa armadilha que os levará, mais tarde, a pagar o preço por não conseguirem manter as médias exigidas nos anos subsequentes. Assim, uma grande parte dos estudantes do Privado passam grandes dificuldades porque o Estado não lhes deu alternativa.

Nas Instituições de Ensino Superior do Ensino Privado pode alterar-se o contracto com os estudantes sem aviso prévio, encerrando cursos com alunos finalistas, como é o caso do curso de Sociologia da Universidade Lusíada do Porto. Os alunos foram assim obrigados a procurar o curso noutras instituições privadas ou a desistir da formação superior.

No Ensino Superior Privado, a Acção Social Escolar é quase inexistente. A Acção Social Escolar deve dar resposta às dificuldades dos estudantes num contexto em que nem todos têm as mesmas condições de acesso e frequência ao Ensino Superior Público. É neste último que focamos a nossa luta, por uma Acção Social Escolar que permita uma igualdade de oportunidade para que o Ensino Superior Público constitua sempre a opção mais benéfica para os estudantes.

2. Luta e Movimento Associativo

2.1- O Movimento Estudantil na Actualidade

O Movimento Estudantil (ME), nas suas diversas formas, constitui a principal forma de organização e luta dos estudantes pelos seus interesses.

Têm aqui lugar grupos formais e informais. Os primeiros, reunidos normalmente em volta das Associações de Estudantes (AAEE), Núcleos, departamentos e Associações Académicas são aqueles que estão mais próximos dos estudantes, e por isso são os grupos mais susceptíveis a ataques que os visam desvirtuar, através de cortes no financiamento e regulamentos restritivos, o objectivo de envolver democraticamente a comunidade estudantil na vida académica, por forças com interesses alheios aos dos estudantes. Neste patamar do ME estudantil, ganha relevo o Encontro Nacional de Dirigentes Associativos (ENDA), espaço cujo conteúdo e discussão não tem vindo a corresponder às necessidades e interesses dos estudantes, acabando por ficar esvaziado de conteúdo. Dada a falta de discussão em torno dos problemas do Ensino Superior, algo feito de forma premeditada, o ENDA acaba por perder a capacidade de fazer chegar as reivindicações à tutela, havendo assim um desfasamento face à realidade.

Os segundos, formados espontaneamente por estudantes que se unem em torno de uma reivindicação específica, pela resolução de um problema concreto ou pela colmatação de uma lacuna cultural, desportiva ou académica, apresentam uma opção criativa de participação e de luta, para que se ultrapassem determinados problemas.

O Processo de Bolonha, que limita imenso o tempo disponível para fazer algo para além do estudo; o custo de frequência do Ensino Superior (ES), que impede que muitos jovens entrem no ES e que obriga a que muitos outros tenham de abandonar os estudos, ou que tenham de trabalhar ao mesmo tempo que estudam; as más condições humanas, materiais e pedagógicas. Todos estes são obstáculos que impedem um envolvimento activo dos estudantes na vida das suas escolas e do país. Apesar de todos os obstáculos criados pelas políticas de direita, o ME, através de uma forte expressão de massas, permite que milhares de estudantes realizem a sua vontade de participação na defesa construção de um Ensino Superior mais justo.

Nos últimos anos, temos vindo a assistir a um quase total desvirtuamento no que deveriam ser as suas funções: a representação dos estudantes e a luta contra os ataques que estes

sofrem. A instrumentalização que é feita com a AAEE acaba por se reflectir nos principais espaços de discussão, onde é difundida ainda mais as principais linhas ideológicas da direita e a lógica da inevitabilidade face aos ataques que os estudantes enfrentam.

As comissões de curso, de residentes e os estudantes eleitos para os órgãos de gestão das universidades e faculdades, são aqueles que deveriam permitir uma ligação e um contacto mais aproximado aos estudantes e seus problemas. São estes que mais rapidamente podem saber das questões que afectam os alunos, e que quando eleitas democraticamente e com uma representatividade justa, podem ter um papel importante na defesa dos estudantes. Tem também de ser aqueles que mais estão empenhados para a mobilização e discussão com os estudantes com vista a resolução de problemas sentidos bem como aqueles que tem de ser a voz dos mesmos

Como a vida académica não é feita só de estudo, as secções ou grupos culturais e desportivos contêm em si uma dimensão muito importante da formação pessoal. Estas secções ou grupos muitas vezes são criadas pela vontade de participação numa área em que o Estado é insuficiente.

Os agrupamentos informais de acção e luta cumprem o papel essencial de permitir que os estudantes lutem pelos seus interesses.

Vivemos uma época em que são muitas as tentativas de bloquear acções e iniciativas de luta através de verdadeiros ataques à democracia nas escolas (como a proibição de distribuições dentro dos edifícios) e através da instrumentalização das AAEE ou as próprias das Universidade. Devido a isto os grupos informais com vista a resolução de determinado problema tornam-se o único espaço de discussão e tem um papel importante não só para a resolução de determinado problema mas como para a defesa dos direitos democráticos dentro e fora das faculdades e universidades. Estes ataques à democracia das e nas Instituições de Ensino Superior servem para ser um bloqueio à luta e à discussão sobre o estado do ensino, bem como a organização ampla dos estudantes., reforçando assim a lógica de conformidade em relação ao ensino superior.

Só pela resistência e insistência dos estudantes é que é possível organizar e lutar por melhores condições para o ensino superior.

2.2- As lutas travadas pela juventude

A luta dos estudantes é determinante na medida em que as reivindicações ganham forma na rua.

Há que entender que a luta funciona com uma reacção a acções que vão contra os interesses dos estudantes mas também como uma afirmação democrática e de massas que tem sempre uma origem de classe estando ela explícita ou não.

Dá-se este confronto de classes cada vez que há uma medida que visa ainda mais fazer as elites económicas corresponderem às elites do conhecimento e neste sentido os estudantes partem para as palavras de ordem e para a mobilização organizada como forma de fazer frente a tais medidas que os prejudicam premeditadamente.

No plano da luta identifica-se a luta institucional e a luta de massas nas ruas, sendo que a primeira jamais poderá estar afastada da segunda ou caso contrário perde o seu propósito. Deste modo, é errado pensar que se deve esperar que uma Associação de Estudantes corrobore com a luta ou que até mesmo saia da Assembleia da República alguma legitimidade para os estudantes despoletarem alguma acção, no entanto não se pode negar que se estas instituições acompanharem os estudantes, a luta destes terá mais força. Assim, a luta estudantil deve surgir quando as condições estiverem criadas não entrando em aventureirismos e acima de tudo que seja algo oriundo do seio da massa estudantil e não uma imposição externa principalmente com interesses alheios aos dos estudantes.

Neste sentido, partindo do princípio que a história é determinada por uma constante luta de classes, os dias que correm não são diferentes do passado, estando sim enquadrados num todo que se interliga com lutas anteriores. Esta afirmação é facilmente constatável bastando olhar para a realidade da luta da juventude no Ensino Superior.

Cada vez que houve uma medida que fosse contra as conquistas progressistas alcançadas com a luta dos estudantes e garantidas na Constituição da República Portuguesa em Abril, os estudantes saíram à rua para defenderem os seus direitos.

Desde a última CNES continuamos a verificar a determinante acção dos estudantes na luta pelos seus direitos. Foi graças às diversas lutas é às suas diversas formas que os estudantes deram um enorme contributo para o derrube de um dos governos que mais os atacou, o governo de PSD-CDS.

Este exemplo é revelador do papel determinante que a luta organizada e consequente tem no rumo das nossas vidas. Desde a última CNES tanto a nível regional como nacional, os estudantes saíram à rua para reivindicar o fim às propinas, mais e melhor Acção Social Escolar, a reposição do passe escolar, um preço justo para a refeição social ou mesmo defender o carácter público do ensino. Nas próprias faculdades os estudantes lutaram contra os problemas concretos que verificam, seja a ausência de uma cantina, a falta de transportes ou a falta de condições materiais.

Há inúmeros exemplos que comprovam que os estudantes não estão acomodados com a situação que enfrentam e somente graças a essa luta é que conseguiram alcançar alguns avanços ainda que limitados como o congelamento das propinas ou a reposição parcial do desconto do passe social. São de facto conquistas com um grau limitado, mas se os estudantes não se tivessem mobilizado e partido para a luta, ter-se-ia continuado com o roubo de direitos.

É de se valorizar a luta dos estudantes que sem um grande apoio do movimento associativo estudantil, nunca viraram a cara a luta. A cada acção de contacto, a cada acção de agitação e a cada luta fez-se a diferença para reivindicar o que é dos estudantes por direito, no entanto ainda há um longo caminho a percorrer.

Face à enorme ofensiva sofrida no Ensino Superior e as políticas de direita, é necessário intensificar a luta e organização e discussão dos estudantes, e só assim haverá condições para a elevação da luta, com vista a um cada vez maior avanço nas políticas educativas e pela defesa do ensino Público Gratuito, Democrático e de Qualidade.

2.3- Trabalho em unidade nos espaços de massas

O trabalho em unidade é indissociável da intervenção dos comunistas nos múltiplos espaços de associação e participação estudantil formais ou informais. Este trabalho caracteriza-se pelo alargamento da participação e do envolvimento dos estudantes nas mais variadas lutas que são travadas, tendo como elemento agregador a identificação

comum de problemas e reivindicações, quer sejam gerais, quer sejam concretas de cada escola ou residência.

É neste juntar de forças que os comunistas têm o papel indispensável de transformar uma identificação comum em luta organizada e consequente.

Nos espaços de massas a unidade deve desenvolver-se de forma dinâmica e variada dada as diferentes características de cada espaço, procurando sempre a acção orientada para defesa dos direitos dos estudantes e contrariando assim as frequentes manobras de instrumentalização e esvaziamento por parte de outras forças políticas com interesses próprios alheios aos dos estudantes.

Estes espaços vão desde associações de estudantes, núcleos comissões de curso, comissões de residentes a grupos informais e é importante uma intervenção adequada ao espaço de modo a que se consiga o envolvimento quer nas lutas concretas escola a escola, quer nas lutas gerais.

Em concreto no movimento associativo, a acção em unidade é fundamental para conferir carácter de massas e ligação aos problemas concretos dos estudantes às acções promovidas pelas associações. As comissões de curso, de residentes são importantes espaços de intervenção com uma estreita ligação à realidade dos estudantes com um potencial de organização de lutas em torno dos problemas concretos.

Os movimentos informais de estudantes têm características distintas dos anteriores, sem características formalmente representativas, mas com um papel por vezes fundamental no desenvolvimento da luta em unidade, através da discussão dos problemas concretos dos estudantes e de formas de luta a levar a cabo.

Estes movimentos são também consequência dos ataques ao movimento associativo juvenil através da burocratização, da diminuição do financiamento e da redução por diversas vias do tempo e da capacidade organizativa, bem como do esvaziamento propositado com claros objectivos políticos de ir apagando espaço a espaço a voz e representatividade dos estudantes, cabendo também aos comunistas, na perspectiva de um Ensino Superior democrático a defesa e dinamização destes espaços.

A Assembleia Geral (AG) é o órgão máximo de representação dos estudantes, revelando-se como um dos principais actos de democracia nas escolas. Espaço soberano de decisão, de importante debate colectivo, é onde se discutem os problemas relativos à faculdade e a partir do qual se criam linhas de acção e de reivindicação sobre os mesmos, que podem mesmo chegar a constituir vitórias para os estudantes. Exemplo disso é a discussão e consequente moção aprovada em AG, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, onde a avaliação contínua foi valorizada em detrimento do presente sistema de avaliação

exclusivo por exame final; no ano lectivo seguinte, cadeiras de primeiro ano passaram a ter avaliação distribuída por frequências. Os comunistas devem procurar intervir e mobilizar outros para a participação nestas reuniões, procurando travar a crescente tendência de esvaziamento destes importantes momentos.

3. Organização

3.1- O papel agitador do comunista

A JCP, enquanto a organização revolucionária da juventude, assume-se como a organização partidária da juventude que, pela sua acção e projecto, dá resposta aos problemas dos jovens, assim sendo a única que realmente defende o direito de todos os jovens a uma formação digna e ao serviço do povo, realçando o seu carácter de organização de massas e a sua missão de vanguarda da juventude. Nunca perdendo a sua ligação aos estudantes e jovens, afirma o seu papel de consciencialização e esclarecimento, reforçando e dinamizando a luta, conseqüente e organizada, pelos direitos e aspirações da juventude.

Num momento de escalada da ofensiva ideológica e incremento dos ataques ao ensino superior público e aos estudantes, torna-se imperativo a afirmação e reforço da JCP junto de todo o ensino superior, tanto através da acção da organização, como a acção individual de cada militante, seguindo sempre as orientações e propostas da mesma, nos vários espaços em que o jovem comunista participa na sua faculdade.

O jovem comunista é o responsável pela actividade da JCP na sua faculdade, sendo este espaço o seu local prioritário de intervenção. Está na responsabilidade de cada militante deter o papel de agitador, organizador e mobilizador, papéis que devem levar a cabo de forma constante, participando activamente na vida da sua escola, nunca esquecendo as ideias que o animam e as razões pelas quais luta.

O jovem comunista deve intervir com o objectivo de impedir que a juventude se resigne, e o trabalho em unidade apresenta-se como uma das mais importantes ferramentas, desta tarefa. Partindo de questões concretas, de problemas sentidos por um ou todos os estudantes, estabelecemos unidade na acção com todos os que desejam ver os seus problemas resolvidos e não apenas com aqueles que, ideologicamente, nos são mais próximos. O nosso trabalho em unidade pretende potenciar a luta dos estudantes pelos seus interesses e direitos, porque da agitação vem a luta e o estudante comunista sabe que esta é a melhor ferramenta de consciencialização, pois como é firmado no lema do nosso XI Congresso, "É pela luta que lá vamos!". É, com toda a certeza, que afirmamos que é da luta que retiramos as nossas maiores vitórias e conquistas. Enquanto comunistas e estudantes, sentido as profundas injustiças, desigualdades e problemas do ensino superior, que a nós também nos afectam, é na luta que encontramos o caminho para a resolução destes mesmos e para a edificação de um futuro que esteja inteiramente ligado às aspirações e sonhos da juventude.

Para que, a JCP e a sua organização do ensino superior cumpram o seu papel de vanguarda e de organização de massas é dever do jovem comunista, que no seu trabalho diário afirme e ligação às massas, dê a conhecer à organização a realidade da sua escola

e cumprir as orientações saídas da discussão colectiva de base e dos organismos de direcção. Só com o contributo de todos os militantes da JCP do ensino superior e da íntima ligação destes à restante comunidade estudantil, pode a organização fazer a análise científica e objectiva da realidade concreta do ensino superior nacional e tecer, a partir daí, as mais adequadas linhas de trabalho que transpareçam, não só a realidade do ensino superior, como da própria organização.

3.2 Os colectivos de Escola

Os colectivos de escola são a forma base de organização da JCP, sendo que estes são responsáveis por criar um espaço de participação dos militantes, em que se reforce a própria JCP. É através destes colectivos que aprofundamos o conhecimento das realidades concretas de cada escola e da vida dos estudantes e se discute formas de resolver problemas específicos. Compete também aos colectivos definir a acção de cada militante no meio em que estes se inserem e aplicar as orientações da JCP.

Estes espaços devem ser abertos à participação activa de amigos da JCP, criando uma discussão aberta de partilha de ideias, vivências e opiniões, de modo a que se enriqueça a discussão. É através da regulação do funcionamento dos colectivos de escola que é possível fortalecer a intervenção da organização e a luta nas escolas em que estão inseridos. O colectivo deve ajudar também a que os militantes da JCP estejam perfeitamente inseridos na dinâmica das suas escolas, participem nas actividades que aí se realizem e tenham a consciência dos problemas concretos que existem no local. Por estas razões, é necessário criar e reactivar colectivos, assim como manter a actividade contínua de outros, de forma a que haja uma intervenção o mais contínua possível da JCP em cada local.

Em certos casos, atendendo à realidade da organização, onde não é possível formar colectivos de escola, devem-se criar formas para manter a actividade de todos os militantes criando linhas de trabalho para estes casos específicos. Cabe a cada militante elevar a sua militância e fazer com que se criem condições para a formação de colectivos onde estes não existam.

Os colectivos devem tornar a sua actividade cada vez mais frequente, reunindo regularmente para que tenham uma forte intervenção nas escolas e na própria organização.

Devem para isso receber e integrar os novos militantes e amigos da JCP; cobrar as quotas e criar outros métodos de recolha financeira; criar boletins e documentos próprios, assim como divulgar a propaganda da JCP; procurar organizar iniciativas próprias e dinamizar trabalho na faculdade.

Todas estas actividades têm uma forte importância na afirmação da JCP na comunidade estudantil e na luta ao lado dos estudantes. O trabalho em unidade exprime-se pela procura da união da juventude em torno dos seus interesses e da defesa dos seus direitos, sendo esta uma das principais tarefas de um comunista. A formação de um espaço uno em torno de problemas concretos, no qual se procura envolver os estudantes, pressupõe um grande sentido democrático. Implica uma tarefa bastante complexa, sendo imperativo a ligação dos comunistas à vida dos estudantes e a sua participação activa nas diversas expressões do movimento estudantil e associativo. A construção de um processo de unidade – reflexão, organização, mobilização e acção – insere-se numa ideia mais geral de transformação

colectiva. A tarefa diária que se impõe aos comunistas é que perante qualquer problema sejamos capazes de envolver outros e, de forma consequente, esclarecer e organizar o descontentamento, transformando-o em luta.

Até à 16ª CNES, a Organização do Ensino Superior da JCP tem 24 colectivos activos, uns mais pequenos com actividade mais recente e outros mais influentes e com uma actividade mais contínua, e também outros com estudantes em fim de curso e que têm dificuldade em se rejuvenescer. Tendo em conta estas diferentes realidades, é necessário utilizar diferentes métodos para que se cumpram os objectivos da Organização e se arranjam formas de acção nos diferentes cenários da vida estudantil.

3.3- Recrutamento, enquadramento e responsabilização;

A existência de militantes comunistas em todos os locais onde se desenvolve a actividade dos jovens portugueses constitui um factor essencial do fortalecimento da JCP e das lutas em que nos envolvemos.

Enquanto organização revolucionária da juventude mobilizada para a acção e análise política, intervimos directamente nos locais em que a juventude vive e trabalha e/ou estuda. Essa intervenção, na realidade geral e individual dos jovens portugueses, exige que haja jovens comunistas em todas as escolas e em todos os locais de trabalho. Num tal contexto, o recrutamento assume um papel central na nossa Organização, não só para assegurar o natural rejuvenescimento da organização, mas, principalmente, para ampliar a nossa capacidade de intervenção política.

Recrutar assume-se como o suscitar a discussão e o debate no âmbito dos nossos contactos pessoais, contribuindo para a consciencialização dos que nos estão próximos; e é, num plano de maior exigência, aprofundar a relação política com aqueles que, assumindo posições próximas das nossas, não estão filiados, demonstrando-lhes a necessidade e utilidade da militância política para a materialização das suas próprias convicções.

Não podemos deixar que se perca a ligação com o amigo que aparece nas lutas, com o colega que ajuda a distribuir os documentos da luta na escola, com todos aqueles que participam na luta, mesmo que pontualmente. É preciso estabelecer ligação com todos os que, em algum momento, se mostraram comprometidos (ou receptivos) com a luta dos jovens pelos seus direitos e interesses.

O recrutamento de novos camaradas e a sua plena inclusão na nossa organização não termina com a assinatura da ficha, é fundamental integrá-los nas estruturas que actuam nos seus locais de estudo e/ou de trabalho. Nesse sentido, a responsabilização dos camaradas é fulcral não só para o desenvolvimento de todo o trabalho (e óbvia necessidade de divisão de tarefas) mas também para envolver os novos camaradas no trabalho colectivo a partir do enquadramento da sua acção individual.

A formação ideológica assume um papel central neste trabalho de enquadramento dos novos militantes (e de todos os restantes comunistas). Num momento em que a batalha ideológica atinge particular ferocidade, há que valorizar, desenvolver e estimular as iniciativas de formação ideológica, conscientes de que é nesse campo que as classes dominantes desenvolvem um importante trabalho de alienação das massas, desde o argumento do filme ao anúncio de venda de um qualquer produto. Nesse sentido, não é suficiente possibilitar o acesso dos novos militantes (e de todos os outros) à documentação da JCP e do PCP, sendo fundamental discuti-la em colectivo, dissipando dúvidas, encontrando respostas ilustradas, tanto pela acção revolucionária, como pelo conhecimento da teoria marxista-leninista.

3.4- Imprensa Partidária;

O AGIT e a imprensa partidária constituem um elemento essencial para a formação ideológica e pessoal não só dos camaradas como também de todas as camadas da sociedade sujeitas à ofensiva ideológica. Assim, o AGIT, o Avante! e O Militante promovem uma reflexão sobre os problemas a nível social, contrariando a imprensa dominante que atordoa a atenção das massas de questões realmente importantes, como lutas travadas e conquistas conseguidas.

Como jornal da JCP, o AGIT documenta a luta, actividades e propostas da juventude no seio do Ensino Secundário, Superior, Ensino Profissional e do trabalho, havendo ainda no Verão uma edição especial do jornal referente à Festa do Avante Além disso, constitui um

importante meio de difusão da ideologia marxista-leninista e da importância da transformação da sociedade face às necessidades e aspirações dos jovens.

A venda e divulgação do jornal constituem assim elevada importância, sendo necessário estimular e dinamizar a sua regularidade e qualidade de conteúdos. Para tal, salienta-se a necessidade de recolher e actualizar informação referente à luta da juventude a nível nacional; registar distribuições realizadas e arquivar a propaganda editada; adquirir novas estruturas físicas que proporcionem um melhor planeamento de bancas de venda do AGIT e de materiais da JCP, bem como outras acções de distribuição capazes de reforçarem a organização, tanto pela militância como pela divulgação de informação e recolha de contactos.

A discussão da afirmação do AGIT junto da juventude é imperativa assim como a compra e a leitura e estudo por parte dos militantes.

3.5- Recolha financeira nos seus mais diferentes aspectos;

A recolha financeira é, actualmente, uma tarefa, que deve ser encarada como prioritária. Em tempo de forte ofensiva ideológica, é urgente e necessário que a JCP e, nomeadamente, a organização do ensino superior, garanta a sua independência financeira. Até porque independência financeira é sinónimo de independência política, característica ímpar da JCP e do PCP.

Para tal, é necessário, numa primeira fase, que cada camarada faça os possíveis para regularizar as suas quotas, como importa que o colectivo compreenda a importância política do pagamento das quotas. Assim, cada colectivo deverá ter um camarada responsável pela respectiva recolha de quotas. Numa segunda fase, os colectivos de cada faculdade devem encontrar formas variadas e métodos de trabalho de recolha de fundos seja, por exemplo, através de convívios, venda de rifas, etc, assegurando e assumindo também a própria intervenção da JCP de forma dinâmica nas escolas.

Só com uma recolha assídua de fundos, é possível manter a sustentabilidade da organização; sustentabilidade essa que se materializa em documentos, autocolantes, faixas, elementos primários, mas fundamentais para chegarmos até aos estudantes e reforçarmos a JCP.

Deste modo, é tarefa da organização do (ES) assegurar uma recolha constante de fundos para garantir a sua independência política, financeira e ideológica.

3.6- DCES e o seu secretariado

A Organização do Ensino Superior (OESup é uma organização autónoma, de âmbito nacional e com estruturas de direcção próprias. A Direcção Central do Ensino Superior (DCES) define as suas próprias linhas de trabalho de acordo com as linhas de orientação traçadas na Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES). O Secretariado da DCES acompanha e articula o trabalho do dia-a-dia na OESup, de acordo com as linhas de trabalho traçadas pela DCES.

A DCES é hoje composta por 36 camaradas. Tendo ligação às regiões de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Setúbal, Aveiro, Leiria, Castelo Branco e Évora. Este número de regiões e de camaradas que fazem parte da DCES são demonstrativos de uma intervenção da organização no maior número de regiões possível, o que vai de encontro ao objectivo de alargar e reforçar a organização em cada vez mais regiões. O Secretariado da DCES é composto por 8 camaradas.

Desde a última CNES reuniu-se a DCES regularmente, embora seja preciso fazer um esforço para reunir com todos os camaradas que dela fazem parte, alargando a discussão ao máximo de camaradas de forma a facilitar o cumprimento das orientações que saem da DCES. Apesar das dificuldades que a juventude atravessa hoje em dia, às quais os jovens comunistas não são imunes, continua-se a ter uma relação próxima entre aquilo que é a realidade no Ensino Superior e a organização.

3.7- Organismos intermédios

Sendo a Organização do Ensino Superior uma organização autónoma, esta tem os seus organismos intermédios. Caso disso são: a DOESL (Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa), a DOESC (Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra) ou a DOESP (Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto). Estes organismos que reúnem regularmente têm a responsabilidade de dirigir os trabalhos das suas regiões

com base de uma orientação central delineada na Direcção Central do Ensino Superior. O seu dever é acompanhar os trabalhos dos colectivos, ver as suas necessidades e de que modo se pode adaptar as linhas de trabalho definidas. Nestes organismos intermédios, deve-se captar a realidade da sua organização regional do Ensino Superior, envolver camaradas e responsabilizá-los com tarefas de forma equilibrada, procurando assim a máxima autonomia possível.

4. Propostas - Em defesa dos nossos direitos, lutar contra a ofensiva, lutar pelo Ensino de Abril

A Juventude Comunista Portuguesa, profundamente comprometida com os valores de Abril e com os direitos que o povo português conquistou, exige que estes sejam respeitados e perpetuados, rejeitando que os direitos garantidos estejam apenas reservados aos detentores do capital.

Assim, actuando em defesa do regime democrático e do cumprimento da Constituição da República Portuguesa, onde se consagra o direito à Educação para todos, devem ser promovidas medidas de igualdade no acesso e na frequência ao Ensino Superior.

A JCP exige:

- 4.2.O fim das propinas e a garantia a todos os estudantes de um Ensino público, gratuito, de qualidade e democrático, com o aumento do financiamento Público sobre o mesmo.

4.3.O fim da execução fiscal das propinas que não tenham sido pagas por desistência dos estudantes e o fim do impedimento dos estudantes que tenham dívidas de se inscreverem em avaliações, de acederem aos conteúdos online das escolas e de se inscreverem noutros cursos no ES Público;

- Um maior financiamento para a Acção Social Escolar, conjugado com uma fórmula de atribuição de bolsas que acabe com a actual situação de milhares de estudantes que ficam sem bolsa ou com bolsa mínima apesar de passarem por imensas dificuldades, e que garanta bolsas que correspondam às reais despesas dos estudantes, assim como a criação de medidas que impeçam os sistemáticos atrasos na entrega das bolsas de estudo;
- A garantia da Acção Social Escolar indirecta, nomeadamente no que respeita à habitação com mais e melhores residências, à mobilidade com a reposição total do Passe Escolar e à alimentação com mais e melhores cantinas. Deve ser igualmente garantido o acesso ao desporto e à cultura;
- A passagem imediata de todas as cantinas para os Serviços de Acção Social, pondo fim às concessões a empresas privadas, assim como a reabertura imediata de todas as cantinas que foram encerradas, resolvendo os problemas que serviram de pretexto para o seu encerramento, e a abertura de mais residências, que tenham capacidade para albergar a maioria dos estudantes deslocados;
- A fixação do preço da refeição na cantina para todos os estudantes num valor acessível, assim como a gratuidade das refeições para estudantes bolseiros;
- A saída de Portugal do Processo de Bolonha, garantindo um ensino que tenha como objectivo a formação integral dos estudantes e os interesses soberanos do país, numa rede integrada num sistema científico e tecnológico nacional. Um sistema em que o plano curricular dos cursos seja definido de acordo com as necessidades e interesses de desenvolvimento de cada curso;
- A revogação do actual RJIES, dando espaço à participação efectiva dos estudantes nos órgãos de gestão das faculdades e universidades. Deste modo, afastar as

empresas privadas e os seus interesses destes órgãos, garantindo um ensino democrático ao serviço dos estudantes e do país e não do grande capital;

- Um sistema unitário para o Ensino Superior Público, desmantelando a desigualdade entre o ES Universitário e Politécnico, entre instituições ou mesmo entre unidades orgânicas de uma mesma instituição, ou seja, um modelo de dignidade e de qualidade, devidamente financiado de acordo com as diversas missões pondo fim à visão do Politécnico como uma mera via profissionalizante, que é contrária à necessidade de formação integral do indivíduo;
- Uma rede de ensino que corresponda às necessidades do país e que garanta a proximidade e o acesso dos estudantes às IES, de modo a ser também um meio para o desenvolvimento e rejuvenescimento das regiões;
- Uma nova orientação estratégica para o ES que rompa com o caminho de elitização e privatização, de destruição do ES Público e que o coloque como componente essencial de uma política patriótica e de esquerda que desenvolva a produção nacional, a soberania do país, que taxe verdadeiramente os grandes grupos económicos, valorize os salários através de uma economia baseada não nos baixos salários mas na especialização industrial, na investigação científica e tecnológica e na aposta na cultura;
- A consagração na lei do estatuto trabalhador-estudante e de outros estatutos especiais (tal como já acontece hoje com o estatuto de dirigente associativo e de atleta universitário, que já estão consagrados na lei), para que este se aplique obrigatoriamente em todas as escolas, permitindo mais oportunidades de avaliação aos estudantes que trabalham;

- A reposição imediata do Passe Escolar para todos os estudantes (independentemente da idade), que garanta uma redução de 50% nos custos dos passes de transportes;
- A gratuidade dos manuais e da bibliografia obrigatória de todas as unidades curriculares e o estabelecimento de preços de acção social para os restantes livros recomendados para cada disciplina;
- O fim de todas as taxas e emolumentos, nomeadamente o fim dos pagamentos para fazer melhorias de nota (que constituem uma discriminação e um entrave ao sucesso escolar dos que não as podem pagar), dos pagamentos pelos certificados de conclusão dos cursos (pois não é justificável que se tenha de pagar dezenas de euros por um acto administrativo que é essencial para o reconhecimento do curso), e dos pagamentos pelas equivalências;
- Uma nova fórmula de financiamento, plurianual, transparente, que não discrimine as instituições de ES politécnico, construída não “de cima para baixo”, antes a partir das necessidades de cada instituição, no que diz respeito a despesas de funcionamento, de investimento e de desenvolvimento de cada instituição;
- Combater a aceitação e resignação face aos estágios curriculares que não cumprem com o seu papel formativo e servem para submeter os estudantes a trabalho gratuito. Por isso, devem ser asseguradas todas as condições para que um estudante consiga enriquecer a sua formação mediante o acesso ao transporte, à alimentação, bem como ao alojamento (no caso de mudança do local da escola).

A juventude precisa de soluções concretas e urgentes, porém tal resposta apenas pode ser dada com a mobilização dos jovens em torno dos seus problemas, pela ruptura com a política de direita, confirmando assim a extrema importância do papel da JCP no seio da juventude e com a perpetuação dos valores de Abril espelhados numa política patriótica e de esquerda que garanta um futuro digno a todos. Da JCP, há o compromisso de conquista do futuro, construindo o presente, lado a lado com as várias camadas da sociedade, na luta organizada por uma democracia avançada, etapa constitutiva e parte integrante da luta pelo socialismo e pelo comunismo.

